

Potências Regionais E Política Externa Hostil: Um Estudo Comparado

Alexandre de Oliveira Machado¹

João Pedro Rocha Lafene²

Lorenzo Oscar Maciel Corbella³

Resumo: O presente trabalho é um relatório de pesquisa em Política Comparada que buscou relacionar a eventual política externa hostil das potências regionais com um grupo de cinco variáveis frequentemente mencionadas na literatura dos estudos de guerra. Tal estudo dirigiu-se aos casos da África do Sul, do Brasil, da Índia, do Irã, de Israel e da Turquia e tomou o conceito do Complexo Regional de Segurança (Buzan; Waever, 2003) como escopo de análise. A seleção das variáveis independentes teve como influência teorias de diversos matizes, entre as quais a da Paz Democrática, a de Transição Hegemônica e explicações de cunho econômico-institucional.

Palavras-chave: Estudo comparado, potências hegemônicas regionais, Complexos Regionais de Segurança.

1 Graduando do quinto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alexandre.de.oliveira.mac@gmail.com

2 Graduando do quinto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jprlafene@hotmail.com

3 Graduando do quinto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lorenzo.m.corbella@gmail.com

1 Introdução

Em *Regions and Powers*, Barry Buzan e Ole Waever (2003) apontam o caráter fundamental do ambiente regional na definição das políticas de segurança nacional. Nesse sentido, a região é instrumentalizada por eles como o principal objeto dos interesses securitários dos países que a compõem, conferindo especial liberdade de manobra às potências regionais. Considerando o papel substancial das potências regionais na formação das tendências de segurança, buscou-se, por meio do método comparado, identificar variáveis que causam políticas externas hostis em relação aos seus vizinhos.

Para tanto, foi necessário estabelecer um conjunto de variáveis independentes de potencial caráter explicativo. Estas foram selecionadas com base em estudos tradicionais na área de Relações Internacionais (Levy, 2014), abarcando aspectos econômicos, institucionais e políticos e sendo instrumentalizadas principalmente com base em índices e parâmetros estatísticos de uso disseminado na área.

A seguir, será explicado brevemente o método utilizado e as variáveis analisadas, bem como seus parâmetros e processo de instrumentalização. Além disso, será esclarecido o conceito de potência regional adotado. Em seguida, serão relatados os estudos de casos da África do Sul, do Brasil, da Índia, do Irã, de Israel e da Turquia. Esses estudos visaram definir os principais elementos das facetas interna e externa da política conduzida por esses países, de modo a fundamentar as hipóteses sobre a ausência ou presença das variáveis independentes necessárias para a posterior comparação.. Por fim, a conclusão apresentará os resultados da pesquisa e a identificará algumas de suas limitações. Vale ressaltar que este trabalho propõe exercer uma operacionalização de conceitos para fins comparativos, ao passo que não se busca analisar e explicar exhaustivamente as bases estruturais das conjunturas apresentadas, devendo ser reconhecido o valor de pesquisas da área que levam em conta fatores como a história e as ciências sociais.

2 Esboço e método

Nesta seção, será apresentada a parametrização empregada para o estabelecimento das métricas de análise. Ademais, serão detalhadas as variáveis dependente e independentes, o método e o desenho tracejado para a elaboração da pesquisa.

2.1 Potência regional: parâmetros e escopo de análise

Como afirmado anteriormente, parte-se do pressuposto de que a região é o ambiente por excelência das políticas externas de segurança de seus componentes. Segundo Buzan e Waever (2003), é possível delimitar, atualmente, complexos de segurança regionais (RSCs), que configuram um espaço no qual se observa um padrão constante de interações direcionado a interesses específicos e regulares de ordem securitária. Nessas RSCs, imperam relativamente potências regionais, os Estados mais influentes nos temas abordados pela região. Dessa forma, o conceito de RSC serve para delimitar a vizinhança dos Estados analisados na pesquisa, a fim de caracterizar suas políticas externas enquanto hostis ou não, servindo como limiar das definições dos parâmetros, conforme será exposto a seguir.

Uma vez delimitada a região como campo básico da política externa dos Estados, foi necessário determinar parâmetros mais claros à potência regional. Para Nolte (2010), trata-se de um Estado que articula uma posição de liderança em uma região que é geográfica, econômica e ideacionalmente delimitada, possuindo recursos suficientes para alçar uma projeção regional. Esses recursos compreendem fatores de ordem material (militares e econômicos), ideacional (como a articulação de uma identidade comum na região) e organizacional (como a capacidade de governança regional). Embora não esteja isenta de contrapontos, aqui se adotou tal definição; nela, se encaixam África do Sul, Brasil, Índia, Irã, Israel e Turquia, nossos objetos dos estudos de caso da presente pesquisa.

2.2 Método, desenho e variáveis independentes

O método empregado para conduzir a pesquisa segue o formato comparativo ao operacionalizar a ocorrência de um fenômeno a partir da construção de diferentes variáveis presentes ou ausentes nos objetos em análise. O modelo de

comparação utilizado na elaboração do estudo segue a métrica de Sistemas Mais Semelhantes, proposta por Przeworski e Teune (1970), partindo de sistemas com objetos semelhantes que convergem nas características controladas, enquanto as variáveis explicativas/independentes explicam a produção do fenômeno (Gonzales, 2007).

As referidas variáveis independentes para buscar explicar o fenômeno são divididas em quatro e encontram fundamentação no trabalho de Levy (2014), no qual são abordadas as motivações da paz e da guerra segundo a literatura das relações internacionais. A primeira se refere ao status democrático que o país possui, sendo utilizado o índice de Democracias Liberais de 2022 do Instituto V-Dem e seus respectivos parâmetros para identificar democracias e autocracias. Tal variável, por sua vez, apoia-se na teoria da Paz Democrática, segundo sua descrição por Levy (2014).

A segunda variável trata da teoria da Paz Capitalista (Idem, 2014), aqui aplicada analisando a dependência regional dos objetos em relação aos Complexos Regionais de Segurança dos quais fazem parte, partindo da máxima de que a promoção do regionalismo econômico tende a restringir o comportamento hostil e promover a segurança dos países inseridos no cenário para com as suas adjacências (Gilpin, 2001). Para medi-la, utilizou-se o banco de dados sobre o comércio do UN Comtrade, a fim de identificar a presença ou ausência de dependência econômica de um país à região nas exportações, importações ou comércio intra-industrial de produtos manufaturados (Categorias 5 a 8 da Classificação Padrão de Comércio Internacional) no âmbito regional e em comparação ao mundo, buscando observar a importância do comércio regional dos setores estabelecidos para o país. O parâmetro “dependência” foi estabelecido a partir de um nível de comércio em que o valor do comércio de produtos exportados e/ou importados para/da região por parte da potência regional em comparação ao seu comércio geral excede ou é equivalente ao valor de 30%.

A terceira variável independente, denominada “transição de potência”, faz referência ao conceito de Armadilha de Tucídides. Nas Relações Internacionais, quando aplicada ao âmbito regional, em seu posterior desenvolvimento da “Teoria da Transição Hegemônica”, aquela concepção aponta a um necessário ambiente de

agressividade a partir da ascensão relativa de uma potência. Lemke (2004), um dos defensores dessa teoria, utiliza como parâmetro os movimentos do percentual do PIB bruto nacional em relação ao PIB bruto total da região; sendo assim, quando uma potência em ascensão ultrapassasse 70% da parcela do PIB regional da outra, seria verificada a situação de transição de potência. Dessa forma, utilizamos essa exata conjectura como base à nossa análise, considerando o seu potencial explicativo ao fenômeno da hostilidade na política externa.

A quarta variável independente denomina-se “instabilidade econômico-insitucional”. Para a sua escolha, nos baseamos nos estudos do Fund for Peace (FFP), os quais apontam a uma maior propensão a conflitos interestatais envolvendo nações sob instabilidade econômica, política e institucional. Como parâmetro, tomamos o *Fragile State Index* (FSI) de 2022 e as categorias que adota (*very sustainable, sustainable, warning, elevated warning, alert/critical*), considerando como casos de instabilidade econômico-institucional presente aqueles em que o Estado é representado pelo índice em uma categoria abaixo do que a medida sustentável.

Por fim, a quinta variável independente, a “estabilidade hegemônica regional”, parte da Teoria da Estabilidade Hegemônica Geral, que postula a possibilidade de um sistema internacional manter a sua estabilidade com base na hegemonia unipolar de uma potência e a capacidade e a disposição de liderar (Mingst, 2017). No âmbito regional, Mearsheimer (2001) advoga pela distinção de “*hegemons*”⁴ atuantes no âmbito global e no âmbito regional, de modo que estas entidades são vistas como necessárias para prover liderança e gestão de uma específica região em áreas como comércio e segurança (Van Ham, 1992). Portanto, optamos pela seleção de tal variável aplicada ao âmbito regional com o intuito de comparar os diferentes Complexos Regionais de Segurança segundo o número de potências regionais identificadas (executoras do papel de *hegemon* regional), buscando analisar se, caso a instabilidade se faça presente em determinados Complexos, tal variável influenciará no comportamento dos objetos para com os Estados da região.

Esse procedimento será conduzido pelo uso do *Military Strength Ranking* de 2023 da Global Firepower (GFP), que mede as capacidades bélicas coercitivas nos meios convencionais manifestadas em fatores como número de militares,

⁴ Mearsheimer (2001) conceitua o hegemon como uma grande potência do sistema internacional. No caso do âmbito global, um hegemon é um Estado que é tão forte que domina todos os outros Estados do sistema.

equipamentos, recursos naturais, finanças e geografia. A variável se fará presente nos cenários em que a unidade de medida da força de um país, “*Power Index*”, seja superior à dos demais no Complexo Regional de Segurança, em que a métrica utilizada para identificar a bipolaridade ou a multipolaridade de um espaço será, à semelhança da transição regional sustentada por Douglas Lemke (2004), a excedência do valor de 70% do *Power Index* da potência mais bem classificada na região por terceiros Estados.

2.3 A variável dependente

O fenômeno analisado a seguir é a política externa de seis potências regionais, sendo este considerado em termos de presença ou ausência de política externa hostil. Tal termo foi conceituado e operacionalizado segundo a definição da *Encyclopaedia of Global Problems and Human Potential* (2023), a qual aponta comportamentos que se julgam configurarem tal situação. Considerando o recorte regional de nosso trabalho, não adotamos todas as situações descritas pela *Encyclopaedia* (2023).

Sendo assim, neste trabalho, será considerada como presente a variável dependente “política externa hostil” quando o Estado analisado houver empreendido, no período de tempo considerado, uma das ações a seguir: manobras militares em áreas sensíveis da fronteira; intervenções militares no estrangeiro (bloqueio militar, operações militares transfronteiriças ou intervenção em governo estrangeiro); provocações militaristas (suporte direto ou indireto a grupos beligerantes em guerras civis, expansão de bases militares ou expansão do gasto militar). A realização de qualquer um desses comportamentos pelas potências estudadas em relação aos demais Estados do RSC será considerada uma “política externa hostil”.

Entretanto, nota-se, que alguns dos comportamentos que originalmente configurariam uma política externa hostil, segundo a *Encyclopedia* (2023), foram ligeiramente alterados, a fim de se tornarem mais abrangentes e apropriados ao escopo regional da pesquisa. Esse é o caso, por exemplo, de “provocações do capitalismo militarista”, as quais adotamos enquanto “provocações militaristas”, das “práticas militares antiéticas”, as quais foram excluídas por sua dificuldade de mensuração, e de “expansão global de bases militares”, a qual reduzimos a instalação de bases militares no RSC.

3. Estudos de Caso

Nesta seção, serão abordados pareceres acerca das nações da África do Sul, do Brasil, da Índia, do Irã, de Israel e da Turquia. Sendo assim, serão analisadas descrições gerais da política externa de cada país ao longo do século XXI, apontando suas tendências gerais, acompanhadas de definições acerca do comportamento de cada Estado no período entre o início da década de 2000 e 2023, conforme a disponibilidade dos dados e das interpretações mais assertivas na bibliografia sobre o assunto.

2.3 África do Sul

A África do Sul apresenta inúmeras vicissitudes internas e externas oriundas do regime discriminatório do Apartheid. De um lado, o país promoveu intervenções militares agressivas em países vizinhos, as quais geraram desconfiança em relação ao seu papel de liderança na região; por outro lado, a nação possui dificuldades de realizar uma transição efetiva da lógica institucional presente durante o Apartheid, tanto no meio civil quanto no meio militar (Adebajo; Virk, 2017). Tais fatores se refletem em sua classificação no *Fragile State Index*, do Fund for Peace (2022), o qual considera o país no estado de “*elevated warning*”, configurando a presença da variável “instabilidade econômica-institucional”. Entretanto, não obstante esses problemas, o país é classificado como uma democracia eleitoral pelo Regimes of the World, do V-Dem (2022).

Dessa forma, a política externa da África do Sul pós-Apartheid buscou estabelecer laços mais próximos com países importantes de diferentes regiões do continente africano, tais como Nigéria, Angola, República Democrática do Congo, Tanzânia e Argélia, além de promover os seus interesses políticos e comerciais no continente africano de maneira cooperativa (Adebajo; Virk, 2017). Ademais, o país expandiu a sua diplomacia para as organizações multilaterais, tal como na forte parceria comercial e diplomática com os países do antigo BRIC, firmando diversos acordos bilaterais durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o que culminou na sua inclusão no BRICS em 2010 (Adebajo; Virk, 2017).

Além disso, durante o Apartheid, o país adotava uma política isolacionista – especialmente por conta da postura da comunidade internacional ao repreender o autoritarismo do regime nos anos 1960 e 1970 –, buscando suprimir movimentos de libertação em países vizinhos quando esses eram considerados nocivos à segurança nacional (Adebajo; Virk, 2017). Em contraste, com o final do Apartheid, a mudança de governo do Partido Nacional para o Congresso Nacional Africano (CNA) e a posse de Nelson Mandela, um novo objetivo de integração regional para o desenvolvimento conjunto do sul da África foi adotado, com o qual prevalece a cooperação, o multilateralismo, a promoção da segurança e da estabilidade, e o respeito aos direitos humanos e à democracia (Adebajo; Virk, 2017). Com base no exposto, é possível concluir que a mudança na África do Sul representada pelo fim do Apartheid significou não só uma quebra institucional, mas também uma reavaliação de seu projeto de nação e de sua postura na política externa.

Quanto à presidência de Mandela, entende-se que ela foi pautada por uma busca de reconciliação nacional, reconstrução da credibilidade internacional, integração regional e multilateralismo (Adebajo; Virk, 2017). A maior mudança na postura da África do Sul após a sua reconciliação internacional veio com Thabo Mbeki nos anos 2000, que idealizou um pragmatismo realista, na linha da ação independente e retomada de uma posição de liderança regional, sem se envolver de maneira significativa na questão das violações de direitos humanos, apesar de abertamente defendê-los na política externa (Adebajo; Virk, 2017). A chamada “*quiet diplomacy*” gerou controvérsias, tendo em vista a expectativa de que a África do Sul assumisse uma posição de liderança hegemônica na região por meio do multilateralismo e da cooperação, sendo proativa no fornecimento de bens públicos em relação ao seu país e aos seus vizinhos, e não por meio do pragmatismo realista (Prys, 2012). Não obstante, o país seguiu ativo internacionalmente, sendo um dos principais contribuintes para a negociação do acordo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e, conseqüentemente, da União Africana, estabelecida em 2002 (Adebajo; Virk, 2017).

A presidência de Jacob Zuma, por sua vez, foi marcada por uma tentativa de consolidação da posição de liderança regional alcançada durante o governo Mbeki, sendo pautada por uma grande continuidade (Adebajo; Virk, 2017). No

entanto, diferenciou-se ao focar em acordos econômicos bilaterais e com blocos econômicos de fora do continente, em oposição à cooperação sul-sul promovida pelo governo anterior. Além disso, o governo buscou o afastamento da área dos direitos humanos, direcionando a política externa do país para a cooperação econômica (Adebajo; Virk, 2017). Dessa forma, os ideais estabelecidos na era pós-Apartheid de cooperação regional liderada pela África do Sul permanecem centrais à política externa do país até a atualidade (Adebajo; Virk, 2017).

Por fim, observa-se que o Complexo Regional de Segurança da região sul da África é hegemonicamente estável, dentro do qual a África do Sul se apresenta como o *hegemon*, dadas suas capacidades militares e econômicas. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB da África do Sul representa cerca de 57% do total produzido na sua região (Banco Mundial, 2023), o que configura a presença da variável “estabilidade hegemônica” e a ausência da variável “transição de potência”. Ainda, apesar do comércio regional ser volumoso, as exportações do país para o seu Complexo Regional de Segurança em relação ao total exportado totalizam 23%, o que representa um número ainda menor para as importações, configurando a ausência da variável “dependência regional”.

3.2 Brasil

O Brasil goza de uma posição de preponderância em relação aos seus vizinhos sul-americanos, dadas as suas dimensões territoriais e sua proatividade no fortalecimento dos vínculos regionais. Dessa forma, a partir da década de 1990, o país consolidou uma posição relevante na América do Sul por meio de iniciativas multilaterais com vistas à integração regional, enquanto, também, exercia a função de peça-chave na consolidação da cooperação e estabilidade da região, sobretudo com iniciativas como o Mercosul e a Unasul (Vigevani; Júnior, 2014).

Além disso, é válido destacar que o período de maturação da posição brasileira na conjuntura regional não se limitou a esforços somente para tal, ainda que a integração sul-americana e do Mercosul tenham ganhado uma maior relevância na pauta da política externa brasileira, sobretudo com o governo de Lula da Silva (Visentini, 2014). de modo que o país buscou ganhar legitimidade e reconhecimento internacional por meio de uma política externa voltada às pautas dominantes

no contexto da ordem global, especialmente em parte do governo de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, com um tom mais enfático quanto às assimetrias da globalização (Visentini, 2014). Assim, o Brasil se colocou como defensor de valores como a democracia, direitos humanos, justiça social, busca pela paz e não-proliferação nuclear (Fonseca Jr., 1998 apud Lehmann, 2017). Ademais, a postura brasileira adquiriu visibilidade ao assumir um papel de mediador no diálogo entre as nações industrializadas e o Sul Global, com destaque para os países latino-americanos, sobretudo no G20 e G24 (Burges, 2008 apud Hirst, 2010), para o aprofundamento da cooperação sul-sul (Hirst, 2010); articulando seus interesses regionais em fóruns globais.

A hegemonia regional brasileira se sustenta, dessa maneira, não mediante o emprego de suas capacidades materiais coercitivas, mas em modelos alicerçados no *soft power* (Hirst, 2006; Stuenkel, 2021). Tal ponto de partida da política externa brasileira, contudo, não implica um projeto hegemônico regional sem pontos securitários, uma vez que o país possui uma percepção da América do Sul como uma área de influência para a sua inserção estratégica (Pagliari, 2008), o que se manifestou no crescente papel do Mercosul como um projeto de dimensão estratégica e de interesse nacional de modo a possibilitar o Brasil exercer a hegemonia por meio da integração regional (Visentini, 2014). Assim, a criação de organizações como o Mercosul foi um reflexo do desejo do Brasil de promover a região e manifestar suas credenciais de liderança (Sweig, 2010; Rothkopf, 2012 apud Lehmann, 2017).

Contudo, a fim de operar como um fio condutor para um projeto de influência regional dotado de regras e procedimentos prescritos, uma potência regional precisa assegurar a legitimidade dos demais Estados de sua região. Sob esse espectro, Visentini (2014) concebe o Mercosul como um projeto de corte político e estratégico destinado a estimular a criação de uma rede recíproca de interesses concretos que, em sua gênese, eliminasse as hipóteses de conflito bilateral no âmbito Brasil-Argentina. Com isso, evidencia-se um esforço para garantir a legitimidade e restringir os atritos com vistas ao fortalecimento da interconectividade política e econômica da região, por meio da criação de um arranjo de redes de cooperação multilateral na década de 1990 e, na primeira década do século XXI, com a difusão

de estímulos ao desenvolvimento regional presentes nos primeiros governos de Lula entre os anos de 2003 a 2010 (Visentini, 2014).

Nessa lógica, o sucesso do Mercosul como projeto entre as décadas de 1990 e 2000 se mostrou como um sucesso inerente ao projeto brasileiro de política externa, que tem como uma das características norteadoras a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina (CRFB/88, Art. 4º, parágrafo único). Tal cenário configurou a aspiração interna em exercer um papel de integrador regional como um projeto de política externa caracterizado pela busca da autonomia de agentes hegemônicos durante o período. Para alcançar tal patamar, o Brasil fomentou o desenvolvimento da infraestrutura física em países sul-americanos, ocupando um papel relevante na provisão de bens coletivos na região (Visentini, 2014), o que se fez possível pela criação de uma autopercepção para o posicionamento regional do Brasil de destaque oriunda da política interna e pelo inventário institucional que o país utilizou para tal, como, por exemplo, o emprego do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como instrumento de fomento à integração física regional por meio do investimento em infraestrutura e na internacionalização empresas brasileiras, sobretudo na década de 2000 (Freixo; Ristoff, 2012).

Na construção de agenda, o Brasil se colocou como um meio-termo entre a contenção da expansão norte-americana para a América do Sul e uma opção viável para a cooperação dos países dessa região, conforme visto, por exemplo, na posição sólida do país em ser um empecilho para a consolidação da ALCA, uma área de livre comércio em todo o continente americano promovida pelos Estados Unidos, ao perceber um potencial risco à autonomia econômica do país e da região por meio da liberalização comercial e do potencial risco aos regimes de integração regional sul-americanos (Hirst, 2010; Visentini, 2014). Ainda assim, a posição prevalente do país na região estimulou tanto Washington quanto Brasília a buscarem fortalecer relações bilaterais calcadas em oportunidades, havendo o reconhecimento por parte dos Estados Unidos da necessidade de um canal de comunicação com o Brasil para lidar com a agenda política regional (Hirst, 2010).

No entanto, de meados da década de 2010 até 2022, o Brasil passou por um desengajamento em relação à integração fomentado tanto por fatores internos

— como a crise político-econômica do período — quanto por fatores externos - como a suspensão da Venezuela do Mercosul em 2016 e a extinção da Unasul. Tal período confluiu com a piora dos seus índices de Democracia Liberal (de 0.78 em 2012 para 0.52 em 2022) e de Fragilidade de Estado (da 123ª posição para a 71ª posição), ainda que o país ainda seja classificado como uma Democracia Eleitoral (2) segundo o indicador de Regimes do Mundo de 2022. Essas questões fragilizaram a posição do Brasil como *hegemon* sul-americano que antes detinha indubitavelmente, sobretudo no âmbito da autopercepção do país. Não obstante, o país ainda apresenta uma forte importância em sua região, desfrutando das maiores capacidades materiais e sendo a economia com o maior índice de complexidade (The Atlas Of Economic Complexity, 2023), o que o torna um importante parceiro comercial da maioria dos países, exportando produtos manufaturados de alto valor agregado e garantindo uma balança comercial positiva com a maioria desses. Sendo assim, cerca de 41,4% das exportações de produtos manufaturados foram para países da região (UN Comtrade, 2023).

Ademais, o Brasil não enfrenta risco de transição hegemônica regional, uma vez que o segundo maior PIB da região, a Argentina, equivale a 33,5% do PIB do Brasil. No plano da estabilidade hegemônica regional, o Brasil se configura como *hegemon* do Complexo Regional de Segurança da América do Sul, dado que o segundo país do espaço, segundo o *Military Strength Ranking*, a Argentina, possui 50,6% do *Power Index* brasileiro. Estes fatores conferem, assim, a permanência de seu alicerce dominante, ainda que fragilizado. Por fim, a mudança de governo no Brasil, com a eleição do candidato que conduziu o país durante o período de ápice da sua política externa de liderança integradora, traz a expectativa da volta uma diplomacia proativa regionalmente (Metrópoles, 2022).

3.3 Índia

A Índia, atualmente, é um país preocupado em projetar a sua influência internacional, deslocando-se diante das fronteiras de seu RSC. Seguindo a sua tradição de liderança entre os países emergentes, consolidada ao longo da Guerra Fria, o país recentemente ergueu-se como uma peça-chave de espaços estratégicos de diálogo, tal como o Ibas e o G-77, na ONU; também, tornou-se um agente

importante na OMC, em favor à Agenda de Desenvolvimento de Doha (Visentini *et al*, 2013). No âmbito regional, o atual primeiro-ministro, Narendra Modi, no poder desde 2014, partidário da iniciativa “Act East”, capitaneou um reforço à participação do Estado em parcerias geopoliticamente selecionadas, mantendo certo afastamento de inimizades históricas. Nesse sentido, um país decidido a liderar seus vizinhos em desenvolvimento coexiste com um projeto de política externa hostil regionalmente, calcada em contendas antigas (Visentini *et al*, 2013).

No que concerne ao seu status político-institucional, a Índia é frequentemente designada como a maior democracia do mundo (Visentini *et al*, 2013). Contudo, tal classificação não é corroborada pelo indicador V-Dem, sendo o país categorizado como uma “autocracia eleitoral”, não alcançando o estatuto de democracia liberal plena (Varieties of Democracy, 2022). Já em termos gerais, segundo a pesquisa Fragile States Index (2022), o Estado encontra-se em situação de instabilidade político-econômica.

No Complexo Regional de Segurança da Ásia do Sul, a Índia aparece como o *hegemon* incontestado. Somando os PIBs de seus países componentes, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, a economia do Estado indiano correspondia, em 2022, a mais de 70%, com dados do Banco Mundial (Banco Mundial, 2023). Em termos de poderio militar, a Índia é hegemônica regionalmente, seguida do Paquistão. Ainda, o país não demonstra dependência econômica regional, segundo os parâmetros adotados, que consideravam os fluxos comerciais intrasetoriais; em 2022, por exemplo, foram muito mais relevantes ao país as exportações e importações extrarregionais (Observatory of Economic Complexity, 2022).

De qualquer modo, o país mantém uma série de padrões tradicionais de hostilidade regional, sobretudo nas relações com o Paquistão. Assim, a década de 2010 assistiu a inúmeras violações do cessar-fogo acordado em 2003, que tinha como principal objetivo neutralizar a hostilidade na Caxemira, região em disputa desde os princípios da Guerra Fria (Visentini *et al*, 2013). Paralelamente, mesmo com a retomada do acordo em 2021, a relativa cessação de violência estatal direta entre as partes e os contínuos decréscimos no gasto militar em relação ao PIB desde o ano de 2018 (CIA, 2023), outras situações cumprem o papel de enquadrar a Índia como um Estado hostil.

Nesse sentido, a Caxemira segue sendo considerada uma das regiões de disputa territorial mais militarizadas do mundo (BBC, 2023). Com efeito, ambientes como a OCX possibilitaram certa aproximação como Paquistão, mas, também, o Estado indiano segue fomentando uma retórica anti-paquistanesa e recebendo, desse país, acusações de financiamento de grupos rebeldes, visando à desestabilização do governo de Arif Alvi (Reuters, 2020). O país segue exercendo, portanto, uma política externa regional hostil, considerando o recorte de tempo entre os anos de 2000 a 2023.

3.4 Irã

A Revolução Iraniana de 1979 e o subsequente governo de Khomeini legaram ao país uma capacidade de articulação regional e uma via de independência na política externa. Ao mesmo tempo, criaram um “estado de coisas” favorável à prevalência de percepções de ameaça quanto ao comportamento dos vizinhos. Segundo Ehteshami, desde a década de 1980, é possível definir duas vias de política externa iraniana: uma conservadora, inclinada à distensão com o Ocidente, e outra neo-revolucionária, autonomista e beligerante (2014). Destaca-se também que o período após os atentados do onze de setembro de 2001, com a subsequente neutralização do Iraque e o ulterior desengajamento americano, significou um aumento da relevância regional do país (Ehteshami, 2014).

Atualmente, o Irã é definido como uma autocracia pelo Regimes of the World, do V-Dem (2022). Paralelamente, segundo o índice Fragile State Index, do Fund for Peace (2022), o país encontra-se em situação de alerta quanto à sua estabilidade econômico-institucional. Além disso, seu PIB representa cerca de 12% do Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio e do Norte da África, conforme dados do Banco Mundial (Banco Mundial, 2023); trata-se, portanto, da quarta maior economia em uma região que assiste à emergência turca, como será argumentado a seguir, o que indica presença da variável “transição de poder”.

Quanto à sua dependência regional, com dados de 2018 do fluxo comercial regional intrassetorial, é possível apontar uma considerável relevância dos vizinhos às importações e exportações iranianas em alguns setores. Em manufaturas, suas exportações para vizinhos no Oriente Médio e no Norte da África ultrapassam 33%,

chegando mesmo a 66% em bens de consumo (World Integrated Trade Solution, 2018). Nesse cenário, o atual presidente do Irã, Ebrahim Raisi, fortalece a corrente neo-revolucionária, com tendências autonomistas em sua política externa, aumentando a hostilidade em relação à região e a escalada do gasto militar iraniano. Além das prévias contribuições ao Hamas e ao Hezbollah, o Irã ainda financia grupos armados na Síria, onde colabora para a manutenção do governo aliado de Assad (Ehteshami, 2014); ainda, recentemente, o país empreendeu manobras militares na beligerante fronteira que possui com o Azerbaijão, a fim de provocar o território de Israel (Al Jazeera, 2021). Em suma, ao longo do século XXI, a política iraniana foi hostil em relação ao seu RSC e, diante do governo de Raisi, esse posicionamento não tem sido diferente.

3.5 Israel

Os anos 2000 iniciaram com o fracasso das negociações de um acordo de paz entre Israel e Palestina, acarretando um grave declínio da estabilidade no Oriente Médio. A Cúpula de Camp David, no ano de 2000, mediada pelos Estados Unidos, marcou o desfecho do processo iniciado pelos Acordos de Paz de Oslo, no qual se esperava que um entendimento definitivo entre os dois lados fosse alcançado (Navon, 2020). Entretanto, uma decisão crucial de Israel tomada um mês antes da cúpula alterou radicalmente a posição palestina: a retirada de suas tropas do sul do Líbano após a pressão exercida pelo Hezbollah. Tal cenário indicou a Arafat que poderia ser mais vantajoso pressionar militarmente Israel do que buscar um acordo diplomático, tendo em vista que os israelenses cederam mesmo sem grandes embates com os libaneses (Navon, 2020). Seguiu-se, dessa forma, um período de tensão, no qual eclodiu a Segunda Intifada, organizada em razão da percepção de que Israel poderia ser pressionado por meio da violência para fazer concessões à Palestina (Navon, 2020). Entretanto, apesar das negociações de paz posteriores, nunca se chegou tão próximo de um acordo quanto na Cúpula de Camp David.

Quanto à relação com os Estados Unidos, entende-se que essa foi caracterizada por total cooperação até a presidência de Obama, em 2009, o qual acreditava que o apoio incondicional norte-americano havia tornado Israel menos suscetível a negociações de acordos de paz (Navon, 2020). Durante o segundo mandato do

presidente, os Estados Unidos buscaram impedir a concretização das ambições nucleares do Irã por vias diplomáticas. Por outro lado, Israel se opôs veementemente a essa posição, considerando que um acordo com o Irã apenas postergaria a obtenção de armas nucleares, além de não estar previsto nesse entendimento o impedimento do desenvolvimento de mísseis de longo alcance e a desarticulação das milícias iranianas atuantes no Oriente Médio (Navon, 2020).

No entanto, tal contexto não foi suficiente para evitar a assinatura americana do acordo com o Irã em 2015. Com a mudança de governo em 2017, entretanto, os norte-americanos realizaram três mudanças em sua política externa que restabeleceram os laços com o governo de Israel: a relocação da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém, a revogação do acordo nuclear feito com o Irã e o reconhecimento da soberania israelense sobre as Colinas de Golá. Apesar de seus altos e baixos, portanto, a aliança entre os Estados Unidos e Israel é sólida e tem seu foco principalmente na área militar (Navon, 2020).

No que diz respeito à Rússia, as relações têm sido conflituosas, apesar do sucesso com as demais antigas repúblicas soviéticas no Cáucaso e na Ásia Central, inclusive para impedir o crescimento da influência do Irã nos novos Estados muçulmanos (Navon, 2020). No entanto, a Rússia permanece como um desafio para a política externa israelense, muito em razão dos interesses conflitantes dos dois países no Oriente Médio e de suas relações com os países árabes: a Síria e o Irã são os maiores aliados russos na região, sendo, inversamente, os principais adversários de Israel (Navon, 2020). Tal situação é agravada com a guerra em território sírio, na qual os quatro países articulam estratégias com objetivos ora conflitantes, ora alinhados (Navon, 2020). Entretanto, apesar dessas dificuldades, Israel foi capaz de estabelecer laços diplomáticos de confiança e de entendimento mútuo com a Rússia, frequentemente coordenando interesses nas questões mais sensíveis na Síria para evitar conflito direto (Navon, 2020).

De forma geral, portanto, Israel tem diversos atritos com os seus vizinhos no Oriente Médio, mas também uma relativa cooperação e entendimento com os países de fora da região. Reflexo da conflituosidade regional, o Power Index dos maiores países do Oriente Médio é relativamente equilibrado, conferindo à região a ausência da variável “estabilidade hegemônica”. De forma econômica e

institucional, o país apresenta índices positivos, sendo classificado como “*more stable*” pelo Fragile State Index, do Fund for Peace (2022). Da mesma forma, o Regimes of the World, da V-Dem (2022), classifica Israel como uma democracia liberal, julgando suas instituições suficientes para conduzir um governo democrático eficiente. Ainda, dada a sua relação conflituosa com os vizinhos, Israel não comercializa frequentemente com os demais países do Oriente Médio, sendo a porcentagem média de exportações e importações praticamente inexpressiva: 1,35% e 2,175% dos volumes totais de exportações e importações na RSC do Oriente Médio, respectivamente (UN Comtrade, 2023). Por conta disso, a nação é considerada não dependente da sua região.

Por fim, o Complexo Regional de Segurança do Oriente Médio e do Norte da África passa, atualmente, por um cenário de possível transição de poder, na qual pode ocorrer uma superação da hegemonia saudita pela Turquia nos próximos anos, em função da equidade de PIBs entre os dois países (Banco Mundial, 2023). Assim, confere-se a presença da variável “transição de potência” a Israel.

3.6 Turquia

A Turquia está inserida em um contexto regional que confere ao país um posicionamento de importância para o cenário geopolítico local, já tendo sido visto pela comunidade internacional como um país-ponte entre o Ocidente e o Oriente (Davutoglu, 2008). Em um mundo crescentemente multipolar, a política externa turca busca consolidar uma posição de legitimidade para com suas proximidades — sobretudo com os Estados-Nações muçulmanos —, enquanto gerencia seus laços com o mundo ocidental e demais potências não-ocidentais. Dessa forma, constata-se o papel crucial do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) na formulação de uma estratégia de projeção de influência turca enquanto potência regional na defesa de seus interesses nacionais e externos (Gurzel, 2014).

Durante o primeiro período da administração do AKP, a liderança regional turca se deu de maneira multifacetada, visto que o país buscava conciliar a noção de agente cooperador à sua autopercepção como um dos pivôs do equilíbrio de poder geopolítico de suas imediações, conforme foi colocado por seu Ministro das Relações Exteriores, em 2008, o qual concebeu a Turquia como um país “médio-oriental,

balcânico, cáucaso, centro-asiático, cáspio, mediterrâneo, do Golfo e do Mar Negro em termos de influência” (Davutoglu, 2008 apud Barrinha, 2014). Nesse sentido, percebe-se que a construção de hegemonia regional turca forma-se com a noção expressada pelo AKP de um papel histórico da Turquia como protetora de minorias muçulmanas, materializada na expansão financeira e sociocultural turca para os países do Oriente Médio, Cáucaso, Balcãs e Ásia Central (Gurzel, 2014), conferindo para a Turquia a possibilidade de atuação voltada à estabilização e à integração da região em diferentes níveis, refletida no engajamento ativo do país com Irã, Israel, Síria, Palestina, Líbano e Jordânia entre 2004 e 2011 para a resolução de conflitos regionais (Barrinha, 2014).

Ademais, a percepção dos Estados inseridos na zona de influência da Turquia como um agente integrador estava intimamente ligada ao êxito desta em projetar o seu *soft power* proveniente do êxito econômico e cultural interno para o nível regional (Kutlay; Önis, 2021), conferindo ao país a legitimidade esperada para uma atuação sólida em sua esfera, dado que, entre 2010 e 2012, cerca de 60% do público árabe enxergava a Turquia como um modelo a ser seguido e com potencial de trazer transformações positivas para o mundo árabe (Isik, 2021). Com base no exposto, a função de mediadora regional durante o primeiro período de liderança do AKP, durante a década de 2000, é paralela à perícia do país em edificar uma política externa amparada em laços culturais, sociais e políticos característicos da Turquia enquanto um país euroasiático.

Contudo, o caráter coesivo da Turquia vem sendo rompido, dado que eventos como a repressão violenta do regime do AKP aos protestos no Parque Gezi em 2013 e a tentativa de golpe de estado em 2016 estimularam a mudança interna turca ao autoritarismo, o que implicou, também, em mudanças na política externa do país. Tal câmbio minou a legitimidade democrática da Turquia, enfraquecendo a sua capacidade diplomática e de *soft power* na região (Gurzel, 2014), antes cruciais para a liderança regional baseada na coesão integradora-mediadora.

Tal mudança sofrida pela política externa turca dialoga com a proposição de Barrinha (2014) ao afirmar que, no contexto dos RSC, a Turquia precisaria intensificar suas relações de segurança com uma dos RSCs que faz fronteira, a fim de mudar o seu papel de periférico para central no âmbito securitário. Tal

movimento se faz nítido no engajamento coercitivo turco no RSC do Oriente Médio, caracterizado por possuir vácuos de poder e uma ausência de estabilidade hegemônica. Desta forma, observa-se um aumento do esforço turco em expandir suas capacidades referentes ao *hard power*⁵, o que garante o exercício de liderança mais concreto por meio de mecanismos de coerção física. Assim, o país vem aumentando seus gastos militares de forma expressiva desde 2016 (BBC, 2019), de modo que essa tendência se arrefeceu em 2020 diante da conjuntura de retração global. Em paralelo, a Turquia vem aumentando suas exportações de materiais militares na última década, de modo que o valor gerado pela exportação desses instrumentos, em 2022, atingiu um recorde de 4.4 bilhões de dólares (Al-Monitor, 2023), inclusive provendo material bélico para o Azerbaijão durante o conflito deste com a Armênia, em 2020, e para a guerra russo-ucraniana, em 2022 (Kinik; Çelik, 2021; Michaelis, 2023).

Outrossim, a Turquia vem expandindo seu engajamento militar direto, como, por exemplo, com a intervenção direta no conflito da Síria em 2016, sob o pretexto de combater o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, ainda que tenha utilizado o movimento em questão como forma de, também, combater grupos curdos que, alegadamente, causavam instabilidade interna ao país, (Sky News, 2016). Configura-se, com base nos pontos apresentados, uma postura ofensiva que possibilita uma articulação mais incisiva de Ancara na definição de uma pauta de segurança regional.

Em confluência com o crescimento da participação turca no campo da coerção físico-material e com a guinada autoritária que o país enfrenta, os reflexos na política externa turca e a sua consequente interação com o âmbito regional tem sido caracterizados pela crescente hostilidade em detrimento do modelo cooperativo-auxiliador. Isso se mostra presente, por exemplo, na permanência da campanha militar turca no norte do Iraque, implementando bases militares no país nos últimos dois anos (Reuters, 2023), e na Síria, por meio de ataques terrestres e aéreos contra forças curdas até o presente momento (Sohr, 2022). Dessa forma, a posição turca busca consolidar uma autonomia estratégica para tornar-se independente do eixo

5 Nye (1990) conceitua o *hard power* como o poder mais tradicional, baseado em recursos de poder e voltado ao caráter militar e ao uso direto da força. Por outro lado, o *soft power* é o poder cooptivo, segundo o qual um país faz com que outros países queiram o que ele quer, ao passo que ele opera com recursos de poder intangíveis, como a cultura, ideologia e instituições.

ocidental, à medida que busca consolidar laços com potências não-ocidentais (Kutlay; Önis, 2021), o que pode ser visto, por exemplo, no Corredor do Meio da *Belt and Road Initiative* chinês, ao passo que o investimento externo direto da China na Turquia se intensificou consideravelmente a partir da segunda metade da década de 2010 (Gurel; Kozluca, 2022).

Dessa maneira, o movimento incentivado pela mudança na polaridade do sistema e as alterações na política interna — com a liderança do AKP e a sua autopercepção como *player* relevante — conferem à Turquia espaço para uma inserção incisiva no contexto regional, estando a lógica contemporânea assentada na busca da “autonomia estratégica”, ainda que esta tenha sido usado como brecha discursiva para legitimar práticas autoritárias domésticas e buscar apoio interno por meio da retórica da “segurança nacional” (Kutlay; Önis, 2021). No nível securitário, as exposições apresentadas evidenciam que a Turquia detém uma posição de pivô territorial — refletida, por exemplo, na defesa dos seus interesses na OTAN ao dificultar a entrada da Suécia na aliança, por exemplo, em razão do abrigo de militantes curdos em território sueco — e de provisão de instrumentos materiais, assumindo uma postura crescentemente belicista e autointeressada na região e nas imediações.

Portanto, é possível operar a posição turca em dois âmbitos. O primeiro, no RSC Europeu, no qual o país possui uma forte dependência econômica em manter as suas exportações de manufaturados (que somam 42,7%) e pela contenção à hostilidade com o referido RSC, apesar de esporádicos atritos diplomáticos com a Grécia com inviabilidade de escalada em razão da participação de ambos os países na OTAN, uma aliança de defesa mútua. O segundo, no RSC Médio-Oriental, no qual o país enfrenta uma dependência econômica menor (19,2%) e investidas conflituosas, sobretudo nas regiões curdas da Síria e do Iraque. No âmbito material-coercitivo, a Turquia se encontra em um RSC com instabilidade hegemônica multipolarizada pelo Egito (90,6%), Irã (74,3%) e Israel (73,1%), de acordo com o índice do Military Strength Ranking em 2023. Além disso, vale salientar que, na obra de Buzan e Waeber (2003), o RSC da Europa é constituído por uma grande potência: A União Europeia.

Assim, uma vez que o bloco dispõe da Política Comum de Segurança e Defesa, é pertinente analisar, neste âmbito, os países somados nas suas capacidades de poder coercitivo material, o que torna presente a estabilidade hegemônica no complexo e ausente a posição turca que desafie este poderio europeu. Por fim, o país, também, apresentou uma degeneração dos seus índices de Democracia Liberal do V-Dem (de 0.3 pontos para 0.12 pontos), Fragilidade de Estado (da 85ª posição para a 62ª posição) durante o período de ruptura da política de estabilizador-integrador mencionado anteriormente (desde o ano de 2012 até a atualidade), sendo o país classificado como uma Autocracia Eleitoral segundo o indicador de Regimes do Mundo de 2022.

Considerações Finais

Após a realização dos estudos de caso, apresenta-se, a seguir, um quadro (Tabela 1) de comparação dos dados apresentados. Consideremos “Democracia Liberal” como a existência e a eficiência das instituições democráticas liberais (V-Dem); “Dependência Regional” como a dependência dos fluxos comerciais regionais; “Transição de Potência” como a transição de poder regional; e, por fim, a “Instabilidade” como um nível de adversidades econômico-institucionais. A política externa hostil, por sua vez, é representada pela sexta coluna, denominada “PE hostil”. Além disso, o número “1” indica a presença do fator e o “0” a sua ausência.

Tabela 1 - Quadro comparativo entre as variáveis e a política externa.

	Democracia liberal	Dependência regional	Transição de potência	Instabilidade (FSI)	Estabilidade hegemônica	PE hostil
África do Sul	1	0	0	1	1	0
Brasil	1	1	0	1	1	0
Índia	0	0	0	1	1	1
Irã	0	1	1	1	0	1
Israel	1	0	1	0	0	1
Turquia (OM)	0	0	1	1	0	1
Turquia (Europa)	0	1	0	1	1	0

Fonte: Elaborado pelos autores

Com o quadro, é possível perceber, com clareza, a ausência da variável que caracteriza a Estabilidade Hegemônica e, também, a presença da variável Transição de Potência em três dos quatro casos de política externa hostil: Irã, Israel e Turquia na porção do Oriente Médio. A única exceção, nesse caso, é a Índia. Com efeito, as evidências apontam à correlação da Estabilidade Hegemônica e da Transição de Potência com a variável dependente, sendo essas duas as que mais se aproximam de uma explicação desse fenômeno. Ambas variáveis independentes também apresentam forte correlação negativa entre si. Ou seja: em cenários onde a variável Transição de Potência é verdadeira, possivelmente a variável Estabilidade Hegemônica será falsa. É necessário, portanto, analisar mais de perto a situação indiana em futuros trabalhos ou expandir a análise para outras potências regionais a fim de determinar se a Índia seria um *outlier* e se a correlação entre “Estabilidade Hegemônica”, “Transição de Potência” e a variável dependente é estatisticamente relevante para explicar a ocorrência de uma política externa hostil em potências regionais.

Além disso, cabe salientar que a pesquisa aqui apresentada apresentou diversas limitações durante a sua realização. Tais adversidades surgem em razão da operacionalização dos conceitos, da definição do fenômeno, da bibliografia utilizada e de outros aspectos. Nesse sentido, é relevante pontuar, primeiramente, as dificuldades para a obtenção de dados padronizados, verossímeis e correspondentes ao mesmo período analisado. Conforme a metodologia adotada, o PIB iraniano, por exemplo, pode quadruplicar. Paralelamente, práticas consideradas hostis pela *Encyclopedia of World Problems and Human Potential* não foram consideradas, tais como a espionagem, o financiamento secreto de grupos estrangeiros e outros fatores, dada a dificuldade de obtenção de dados. Ainda, algumas decisões parcialmente arbitrárias foram tomadas na definição de alguns parâmetros, já que, mesmo na adequação de nossos parâmetros aos de Lemke (2004), nota-se que há esse problema, dado que esse autor os escolhe arbitrariamente.

Ademais, as definições utilizadas para cada conceito não compreendem todas as facetas que podem assumir os objetos que descrevem. A definição de política externa hostil adotada pouco considera o caráter ideacional do fenômeno e a sua manifestação discursiva. Considerando os RSC's, Estados do tipo isoladores, como a Turquia, não apresentam as mesmas dinâmicas que os demais. Ainda, essa

concepção de hostilidade também não é sinônimo de guerra, mas foi aqui utilizada como fenômeno correlato, passível de explicação por via das mesmas causas da guerra.

Por fim, entende-se que a seleção das variáveis independentes seguiu uma bibliografia selecionada, ignorando parte significativa do trabalho que fora realizado na área até a atualidade. Fatores ideológicos, portanto, foram mais uma vez ignorados, tais como aqueles históricos; dessa forma, a realidade foi tomada como estática e observou-se coincidências sem, necessariamente, uma relação causal.

Regional Powers and Hostile Foreign Policy: A Comparative Study

Abstract: This article is a research report in Comparative Politics that seeks to link hostile foreign policies of regional powers to a group of five frequently mentioned variables in war studies literature. This study is headed towards the cases of South Africa, Brazil, India, Iran, Israel and Turkey and used the Regional Security Complexes (Buzan; Waever, 2003) as an analysis instrument. The selection of the independent variables had the influence of a wide array of theories, such as the Democratic Peace, the Hegemonic Transition and economic-institutional based explanations.

Keywords: Comparative study, regional hegemonic powers, Regional Security Complexes.

Referências

ADEBAJO, Adekeye; VIRK, Kudrat. **Foreign policy in post-apartheid South Africa: security, diplomacy and trade**. Londres: I.B. Tauris, 2017, p. 1-48.

AL JAZEERA. **Iran army holds drill near Azerbaijan border amid tensions**. Al Jazeera, 01 out. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/1/iran-army-holds-drill-near-azerbaijan-border-amid-tensions>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BANCO MUNDIAL. GDP (current US\$) - **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BARRINHA, André. *The Ambitious Insulator: Revisiting Turkey's Position in Regional Security Complex Theory*. **Centre for Social Studies**, Coimbra, 2014.

BBC NEWS. Kashmir Profile. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-11693674>. Acesso em 24 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S. l.: s. n.], 1988.

BUZAN, Barry *et al.* **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2003.

(CIA) CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DAVUTOGLU, Ahmet. *Turkey's Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007*. **Insight Turkey**. Istanbul. 2008.

EHTESHAMI, Anoushiravan. **The Foreign Policy of Iran**. In: HINNEBUSCH, Raymond; EHTESHAMI, Anoushiravan (Eds). *The Foreign Policies of Middle East States*. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner, 2014.

ENCYCLOPEDIA UIA. **Aggressive Foreign Policy**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://encyclopedia.uia.org/en/problem/aggressive-foreign-policy>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FREIXO, Adriano de, RISTOFF, Taís. Desenvolvimento Nacional e Integração Regional: O BNDES como Instrumento de Política Externa no Governo Lula da Silva (2003-2010). **Mural Internacional**. v. 3, n. 2. 2012.

GILPIN, Robert *et al.* **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton, Oxfordshire: Princeton University Press, 2001.

GONZALEZ, Rodrigo S. O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, ed. 1, 2008.

GUREL, Burak; KOZLUCA, Mina. Chinese Investment in Turkey: The Belt and Road Initiative, Rising Expectations and Ground Realities. **European Review**. Volume 30(6). p. 806-834. 2022

GÜRZEL, Aylin. Turkey's Role as a Regional and Global Player and its Power Capacity: Turkey's Engagement with other Emerging States. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, ed. 50, p. 95-105, 2014.

HAM, P. Van. (1992). The lack of a Big Bully: Hegemonic stability theory and regimes in the study of international relations. **Acta Politica**, 27: 1992(1), 29-48.

HIRST, Mônica. América Latina-EUA em tempos de pós-guerra Fria. **Revista Usp**, São Paulo, ed. 84, 2010.

HIRST, Mônica; DE LIMA, Maria Regina S. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, Oxford, ed. 82, p. 21-40, 2006.

ISIK, Ahmet F. Transforming Turkish Foreign Policy. **The Journal of Middle East and Central Asian Studies**, Taipei, v. 3, 2020.

KINIK, Hulya; ÇELİK, Sinem. The Role of Turkish Drones in Azerbaijan's Increasing Military Effectiveness: An Assessment of the Second Nagorno-Karabakh War. **Insight Turkey**. Istanbul. Volume 23. n.4. p. 169-191. 2021.

KUTLAY, Mustafa; ÖNIŞ, Ziya. Turkish foreign policy in a post-western order: strategic autonomy or new forms of dependence? **International Affairs**, Oxford, ed. 97, p. 1085–1104, 2021.

LEVY, Jack. Interstate War and Peace. In: SIMMONS, Beth; RISSE, Thomas; Walter (Orgs.). **Handbook of International Relations**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. p. 581-606.

LEHMANN, Kai Enno. Can Brazil Lead? The Breakdown of Brazilian Foreign Policy and What it Means for the Region. **Rising Powers Quarterly**, Istanbul, v. 2, p. 125-147, 2017.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MEARSHEIMER, John J. *et al.* **The Tragedy of Great Power Politics**. 1. ed. London, New York: W.W. Norton & Company, 2001.

METRÓPOLES. Em contraste com Bolsonaro, Lula deve priorizar diplomacia presidencial. **Metrópoles**. 6 de março de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/>

em-contraste-com-bolsonaro-lula-deve-priorizar-diplomacia-presidencial. Acesso em: 23 mar. 2023.

MICHAELIS, Satcha de H. Turkey's And Iran's Drone Supply In The War In Ukraine. **Network for Strategic Analysis**. 26 jan, 2023. Disponível em: <https://ras-nsa.ca/turkeys-and-irans-drone-supply-in-the-war-in-ukraine/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MINGST, Karen A. *et al.* **Essentials of International Relations**. 7. ed. London, New York: W.W. Norton & Company, 2017.

NAVON, Emmanuel. **The star and the scepter: a diplomatic history of Israel**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2020, Caps. 12-19.

NOLTE, Detlef. How to Compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. **Review of International Studies**, Cambridge, 36, p. 881-901, out. 2010.

NYE, Joseph S., Soft Power. **Foreign Policy**. Edição 80, p. 153-171. 1990.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Country Profile**: India. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ind>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PAGLIARI, Graciela. O Brasil e a Segurança Regional. In: CASTRO, Ricardo *et al.* **América do Sul: economia e política da integração regional**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. cap. 1, p. 125-147.

PRYS, Miriam. **Redefining regional powers in international relations**. Oxford: Routledge, 2012, Caps. 1, 3 e 4.

REUTERS. Pakistan Claims 'Irrefutable Evidence' of Indian Links. **Reuters**, 15 nov. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN27V03Q/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

REUTERS. Turkey's push into Iraq risks deeper conflict. **Reuters**. 31 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/turkeys-push-into-iraq-risks-deeper-conflict-2023-01-31/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SKY NEWS. Turkey Strikes Islamic State And Kurds In Syria. **Sky News**. 23 ago. 2016. Disponível em: <https://news.sky.com/story/turkey-strikes-islamic-state-and-kurds-in-syria-10548380>

STUENKEL, Oliver *et al.* **O Mundo Pós-Ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2021.

SYRIAN OBSERVATORY FOR HUMAN RIGHTS. Turkey's presence in Syria in 2022. **Syrian Observatory for Human Rights**. 28 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.syriahr.com/en/282630/>.

TERRA. **Assessor especial de Lula chefia missão do Brasil na Venezuela e se reúne com Maduro**. Terra. 9 de março de 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/celso-amorim-chefia-missao-do-brasil-em-reuniao-com-nico-las-maduro,65bd830c2762230662f1374dd4042151o8ho3rwo.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY: **Country & Product Complexity Rankings**. Growth Lab at Harvard University (ONLINE). Acesso em 16 de março de 2023.

(TNYT) THE NEW YORK TIMES. Pakistan and India Agree to Strict Cease-Fire Along Disputed Kashmir Border. **The New York Times**, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/02/25/world/asia/pakistan-india-ceasefire.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.

UN COMTRADE. United Nations Statistics Division. **International Merchandise Trade Statistics**. Disponível em: <http://comtrade.un.org/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

(VDM) VARIETIES OF DEMOCRACY PROJECT. **V-Dem Map Graph**. Disponível em: https://www.v-dem.net/data_analysis/MapGraph/. Acesso em: 23 mar. 2023.

VIGEVANI, Tullo. JÚNIOR, Haroldo R.. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 517–552. 2014.

VISENTINI, Paulo F. A política externa brasileira no período pós-Guerra Fria. In: CUNHA, André M. *et al.* **A Internacionalização do Brasil na Era da Globalização: Ensaios sobre Economia e Política Internacional**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. cap. 2.

VISENTINI, Paulo Fagundes *et al.* **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION. **Iran, Islamic Rep. Capital goods Exports, Imports, Tariffsby country and region 2018**. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/IRN/Year/2018/Trade-Flow/EXPIMP/Partner/all/Product/UNCTAD-SoP4>. Acesso em: 22 mar. 2023.